



230
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0330791-1

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADO: Alberico Petersburgo e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 59/04. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. RECURSO IMPROVIDO. 1. De proêmio, registrou-se que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF. 2. Na sequência, em juízo de cognição sumária, não se visualizou plausibilidade na alegação de prescrição do próprio fundo do direito, eis que não comprovado o indeferimento administrativo do direito pleiteado, bem como em virtude da permanência da relação jurídica-base – pagamento dos proventos dos agravados –, cuidando-se, pois, de relação de trato sucessivo, razão pela qual estarão prescritas, se devidas forem, tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da ação. 3. Observou-se, por oportuno, que o Juízo *a quo* homologou o pedido de desistência formulado pelos autores **Amaro Marcelino Ferreira Filho e Alberto Alves da Luz**, ambos oriundos dos quadros do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, extinguindo o processo sem resolução do mérito em relação aos mesmos. 4. Observou-se, mais, que os agravados remanescentes comprovaram as suas condições de *policiais militares inativos* da PMPE, o que não foi sequer impugnado pelos agravantes. 5. Assim, a controvérsia em foco diz respeito à possibilidade de percepção, pelos referidos autores/agravados, na qualidade de *policiais militares inativos*, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/04. 6. Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada “*gratificação de risco de policiamento ostensivo*”. 7. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, “*e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo*”. 8. Nessa linha, observou-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem “*as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96*”, compreendendo todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. 9. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º





231
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

da LC 59/04 textualmente afirma que “O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar”. 10. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação “aos proventos ou pensões dos referidos militares”, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 11. Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma ordem de grandeza). 12. É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si. 13. Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde. 14. Assim, pelo mero exercício de funções normais, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas (artificialmente apontadas como *propter laborem*, com o evidente propósito de frustrar o regime constitucional da paridade). 15. Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*. 16. Assim, o reconhecimento – em juízo de cognição sumária – do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido. 17. Por isso, impõe-se a inclusão da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC nº 59/04, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador, não se tratando de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), nos termos da jurisprudência pacífica do STF. 18. Agravo de Instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0330791-1, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0330791-1

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADO: Alberico Petersburgo e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto em face de decisão (fls. 168/173) proferida pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista, nos autos da **Ação Ordinária** nº 00000476-33.2014.8.17.1090, que deferiu parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela, nos seguintes termos:

“Diante do exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO e determino à FUNAPE que implante a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo APENAS nos contracheques dos seguintes policiais militares inativos: Albérico Petesburgo, Antônio Ricardo de Normanda, Ivan Alves de Couto, Iraquitam José da Silva, Josevaldo Roberto de Almeida, Edésio Gomes de Andrade, José Marcos Vicente dos Santos e Antônio Amaro dos Santos, tudo de acordo com a Tabela de valores da Lei Complementar Estadual nº 169/2011, na folha de pagamento do mês seguinte à intimação desta decisão, sob pena de multa por cada mês em atraso no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).”**

No feito ordinário, os autores, ora agravados, policiais militares inativos da PMPE e do CBMPE, defendem o direito à percepção da integralidade de seus proventos, nos termos do art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88, especificamente no tocante à referida **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo**, ante o caráter “geral” da mesma.

Em decisão constante à fl.185 dos autos, o Juízo a quo homologou o pedido de desistência formulado pelos autores **Amaro Marcelino Ferreira Filho e Alberto Alves da Luz**, ambos oriundos dos quadros do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, extinguindo o processo sem resolução do mérito em relação aos mesmos.

Na ocasião, o magistrado de 1º grau determinou à Secretaria da Vara de origem que retificasse o polo ativo da demanda, restando no mesmo apenas os policiais militares inativos da PMPE **Albérico Petesburgo, Antônio Ricardo de Normanda** (rep. por sua procuradora Maria de Lourdes Cardoso Normanda), **Ivan Alves de Couto, Iraquitam José da Silva, Josevaldo Roberto de Almeida, Edésio Gomes de Andrade, José Marcos Vicente dos Santos e Antônio Amaro dos Santos**.

Nesta sede recursal, argui a FUNAPE, em suma: (i) a vedação à concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º e 2º-B, da Lei 9.494/97; (ii) “o perigo de dano existente (...) volta-se contra a Administração Pública – perigo de dano inverso – na medida em que esta não tem como se ressarcir, satisfatoriamente, dos valores pagos antecipadamente, na hipótese provável de sair afinal vencedora na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

226

*demanda" (iii) "admitir a concessão de liminares e de antecipação de tutela de forma satisfativa, implica, necessariamente, na total negativa de vigência do art. 475, I, do Código de Processo Civil"; (iv) "a pretensão dos agravados encontra-se indubitavelmente fulminada pela prescrição do próprio fundo de direito, eis que se baseia em lei de efeitos concretos publicada em 2004, mais de 10 anos antes da propositura da presente demanda"; (v) a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, é uma verba de natureza condicional, variável, precária e provisória, concedida ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nos termos de sua Lei instituidora, qual seja, a Lei Complementar Estadual nº 59/04, portanto, de caráter *propter laborem*, não extensível aos pensionistas e aposentados; (vi) que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo somente é auferida pelos Policiais Militares no desempenho efetivo das atividades especiais e de risco estatuidas pelo art. 2º da LCE nº 59/2004, pelo que restaria inextensível aos proventos/pensões dos aposentados e pensionistas, nos termos do art. 14 da referida lei complementar; (vii) a inexistência de amparo legal à pretensão dos agravados, tendo em vista tratar-se de gratificação de desempenho transitório de atividade, que não se incorpora aos proventos ou pensões deixadas por policiais militares; (viii) que a extensão de tal vantagem aos proventos dos agravados ofenderia o princípio da legalidade estrita, que exige lei específica para fins de concessão de aumento de remuneração aos servidores públicos (art. 37, X, da CF/88); (ix) "a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/04, não é vantagem que representa aumento geral de remuneração, se somente é atribuída aos policiais militares ativos, em virtude de condições especiais de trabalho, caracterizando-se como uma vantagem *propter laborem*"; (x) "é incontroversa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que gratificações e verbas de caráter transitório, como as ora analisadas nos autos da presente ação, não se incorporam à remuneração, aos proventos ou às pensões deixadas por Policiais Militares", pugnando, ao final, fosse dado provimento ao agravo de instrumento, para que seja reformada a decisão agravada.*

Em contra-razões às fls. 195/213, os autores/agravados ratificaram os termos da inicial, requerendo, ao final, fosse mantida a decisão do Juízo *a quo*.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar parecer. (fls. 220/222).

É o relatório.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 07 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



232
4

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0330791-1

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADO: Alberico Petersburgo e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, registro que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF.

Na seqüência, em juízo de cognição sumária, não visualizo plausibilidade na alegação de prescrição do próprio fundo do direito, eis que não comprovado o indeferimento administrativo do direito pleiteado, bem como em virtude da permanência da relação jurídica-base – pagamento dos proventos dos agravados –, cuidando-se, pois, de relação de trato sucessivo, razão pela qual estarão prescritas, se devidas forem, tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da ação.

Pois bem.

Como visto, pretendem os autores/agravados a inclusão da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, nos proventos dos policiais militares, com fundamento na regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

Observe, por oportuno, que o Juízo *a quo*, em decisão constante à fl.185 dos autos, homologou o pedido de desistência formulado pelos autores **Amaro Marcelino Ferreira Filho e Alberto Alves da Luz**, ambos oriundos dos quadros do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, extinguindo o processo sem resolução do mérito em relação aos mesmos.

Observe, mais, que os agravados remanescentes comprovaram as suas condições de *policiais militares inativos* da PMPE (fls. 59/71, 78/94, 116/123, 130/142), o que não foi sequer impugnado pelos agravantes.

Assim, a controvérsia em foco diz respeito à possibilidade de percepção, pelos referidos autores/agravados, na qualidade de *policiais militares inativos*, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/04.

Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada "*gratificação de risco de policiamento ostensivo*".



233
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A discussão de fundo, quanto à *natureza* da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, já se encontra sedimentada no plano local, consoante demonstram os precedentes a seguir, deste Tribunal:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA. PROPTER LABOREM. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL. BOMBEIROS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Pleiteia-se a o pagamento das pensões por morte nos valores que seriam devidos aos ex-servidores caso em atividade, incluindo-se as gratificações de Jornada Extra, de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como a de Risco de Atividade de Defesa Civil. 2. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança se refere à realização de trabalhos específicos, caráter propter laborem, portanto, inextensível aos inativos. 3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, tem caráter de generalidade, de tal forma que deve ser estendida aos inativos. 4. Quanto à Gratificação Risco de Atividade de Defesa Civil, encontra-se prevista na Lei Complementar nº 059/2004, cujo art. 12 dispõe que tão-somente se aplica aos bombeiros militares que cumprirem determinados requisitos. Não é o caso. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido - À Unanimidade.” (Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008). (grifos nossos)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, §5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública. 2. No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da embargada foi a concernente ao Policiamento Ostensivo. 3. Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos. 4. Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 40, §§7º e 8º, 100, 169 e 195, §5º, da CF/88, 730 do CPC, 2º-B, da Lei nº 9.494/97, Lei Complementar Estadual nº 59/04, Lei Estadual nº 11.327/96 e Súmula 729 STF. 5. Aclaratórios rejeitados por unanimidade.” (Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008). (grifos nossos).

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, *“e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo”*.



234

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nessa linha, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem *“as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96”*, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que **atuam na própria atividade-fim** da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que *“O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar”*).

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação *“aos proventos ou pensões dos referidos militares”*, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do **exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais**, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma *ordem de grandeza*).

É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si.

Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde.

Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas (artificialmente apontadas como *propter laborem*, com o evidente propósito de frustrar o regime constitucional da paridade).

Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*.

Assim, o reconhecimento – *em juízo de cognição sumária* – do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido.



235
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por isso, impõe-se a inclusão da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC nº 59/04, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador, não se tratando de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio '*tempus regit actum*'), nos termos da jurisprudência pacífica do STF.

Nessa perspectiva, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lume).

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente Agravo de Instrumento, em ordem a manter a decisão agravada em todos os seus termos

Recife, 22 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator